

## **A subserviência da política avaliativa Cearense as diretrizes do movimento Todos Pela Educação**

Jociene Araujo Lima (UECE)

E-mail: [jociene.araujo@aluno.uece.br](mailto:jociene.araujo@aluno.uece.br)

Maria de Fatima Oliveira Santos (UECE)

E-mail: [fatima.santos@aluno.uece.br](mailto:fatima.santos@aluno.uece.br)

### **Introdução**

O Movimento Todos Pela Educação (TPE) se caracteriza por ser um movimento que se autodomina como um movimento representante da sociedade civil brasileira, que engloba opiniões de educadores, estudantes e organizações sociais. O que de fato podemos ao longo dos anos é que a maioria da composição do movimento tem sido feito por empresário e representante do setor privado, que com um discurso de reorganizar a educação, tem controlado o rumo da educação no País. Martins (2016) aponta que o grupo se diz preocupado com a qualidade da educação básica, se valendo dessa justificativa para atuar na corresponsabilidade pela educação, destacando a experiência empresarial como benéfica na reorganização da política educacional brasileira. Através desse discurso da defesa da corresponsabilidade, esse movimento tem ocultado, segundo Martins (2016, p. 35) “[...], o seu caráter corporativo e empresarial por meio da filantropia, da responsabilidade social das empresas e da ideologia do interesse público”. Assim, por meio dessa fachada de sociedade civil, o movimento tem defendido interesses internacionais, empresariais privatistas na política educacional brasileira.

Se analisarmos a natureza do movimento TPE, percebemos uma íntima relação com diretrizes e objetivos dos organismos internacionais e multilaterais. Em 2010, o movimento deu continuidade e criou 5 bandeiras essenciais para a educação. De acordo com Martins (2016, p. 44), entre as 5 bandeiras, a bandeira 3 visa o “Fortalecimento do papel das avaliações: as provas aplicadas para medir a qualidade da educação devem orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas. ”

Ou seja, têm um foco especial para a questão do fortalecimento e incentivo das avaliações externa no país. Bandeira esta, também muito defendida pelo Banco Mundial como forma de analisar e controlar a educação brasileira. Essas avaliações chegam ao Brasil com a intenção de medir a qualidade da educação pelo grupo; porém, na realidade estas avaliações não têm medido a qualidade da educação, elas têm sido o foco de todo o currículo e prática pedagógica ocorrida dentro da escola nos últimos anos. Além disso, todas as bandeiras do movimento confirmam o modelo empresarial privatista que o grupo vem inserido na educação.

Além da política avaliativa, uma das bandeiras do movimento EPT tinha como objetivo acabar com o analfabetismo infantil. Isso serviu de base para construção de diversas políticas voltadas para extinguir com analfabetismo, tendo como instrumento de incentivo às avaliações externas. Entre essa políticas, temos o Pacto Nacional pela Aprendizagem na Idade Certa (PNAIC)<sup>1</sup> e Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC)<sup>2</sup>, este último criado no Ceará.

---

<sup>1</sup>Pacto Nacional pela Aprendizagem na Idade Certa é uma Política Nacional de Alfabetização, instituída pelo Estado tem como objetivo melhorar os resultados fornecidos pela alfabetização.

<sup>2</sup> O Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic) é uma política de cooperação entre estado e municípios promovida pelo governo do Ceará, tem como objetivo apoiar os municípios na formulação e implementação de políticas voltadas à garantia do direito de aprendizagem com prioridade à alfabetização.

Assim, este trabalho tem como objetivo geral analisar a relação entre a política avaliativa cearense e as diretrizes do movimento todos pela educação. Para isso, este trabalho terá uma análise bibliográfica, analisando através dos escritos de Martins (2016) e Leher (2015), que busca mostrar que as políticas avaliativas do Ceará é mais uma cartada do capital e das agencia empresariais de ter controle sobre a educação publica cearense.

## **Desenvolvimento**

Na atual sociedade capitalista, a educação restrita escolar é marcada por uma dual realidade, a primeira é uma escola voltada para formar a classe dominante e a segunda uma escola moldada para formar a classe trabalhadora. O movimento TPE se caracteriza como uma instituição da classe dominante que tem controlado a escola e seus interesses. Muitas de suas políticas têm sido disseminadas na educação com aparato do estado e das organizações multilaterais que hoje representam os setores do capital.

Uma das políticas que estavam em consonância com as bandeiras do movimento EPT é o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação do Estado brasileiro, esse e o instituído sobre a direção do ex-presidente Lula da Silva são estreitamente relacionados. Assim, com a finalidade de alcançar a meta de alfabetização que era posta nas bandeiras do movimento TPE e no Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, o Estado cria o PNAIC como uma política pública que buscava aniquilar o analfabetismo infantil. O PNAIC é um programa que hoje tem uma íntima relação com PAIC, programa criado no Ceará com o mesmo objetivo do PAIC, porém, agora focando nas avaliações externas.

Segundo Roberto Leher (2015), em entrevista à Revista Eletrônica Brasil de Fato, o Movimento TPE é uma das grandes

organizações do Capital, que tem articulado dentro da política avaliativa os interesses privatistas da sociedade privada, como bancos (Itaú, Brasil, Bradesco), setores do agronegócio e da mineração (Vale) e os empresários que buscam tomar para si o rumo da educação do país. Leher (2015) também chama atenção para:

A aparência é de que estão preocupados com a alfabetização, com a escolarização, com o aprendizado, etc. E de fato estão, mas dentro dessa matriz de classe, no sentido de educar a juventude para o que seria esse novo espírito do capitalismo, de modo que não vislumbrem outra maneira de vida que não aquela em que serão mercadorias, apenas força do trabalho.

Nessa fala, podemos refletir que o discurso de acabar com analfabetismo esconde que o real objetivo dessa política cearense PAIC (Ceará) e PNAIC (Estado) é mercantilizar e privatizar a educação. O currículo, com base em conhecimento emancipador, deixa de ser importante e passa a ser prioridade, baseando-se em competências. Essas não só atendem aos interesses das avaliações externas, como estão em consonância com as competências que o mercado de trabalho exige. É importante enfatizar que isso se torna mais problemático quando refletimos que estes dois programas PAIC (Ceará) e PNAIC (Estado) são responsáveis por criar muitos outros programas de avaliação externa como por exemplo Sistema Permanente de Avaliação do Estado do Ceará (SPAECE), que é uma política avaliativa que tem moldado a concepção de educação no estado do Ceará. É notável que o Spaece e outras políticas avaliativas buscam subordinar a educação às explorações da produção, em detrimento dos interesses da classe operária.

Uma das características dessa avaliação externa é responsabilizar o professor pela aprendizagem dos alunos, monitorando os conteúdos e como devem ser aplicados aquele em sala de aula, esvaziando o papel social do professor. Além disso, moldar o

currículo com base nas avaliações externas, que têm como formuladores o movimento TPE e diversas organizações da sociedade privada, deixando a educação ainda mais na mão da classe dominante, além de não conseguir suprir as necessidades da classe trabalhadora.

### **Considerações finais**

Concluimos assim, que as políticas de avaliação impostas pelo movimento educação para todos tem incentivado a continuidade dessa escola dual, que busca alienar a classe trabalhadora e liberar a classe burguesa. Notamos que a política avaliativa cearense está totalmente subserviente às diretrizes do movimento todos pela educação que defende uma educação básica em competências mínimas para a classe trabalhadora. Finalizamos destacando que, como formuladores o movimento TPE e diversas organizações da sociedade privada, deixam a educação ainda mais na mão da classe dominante, além de não conseguir suprir as necessidades da classe trabalhadora. A escola da classe burguesa busca formar seus indivíduos para atuar sobre o sistema capitalista, controlando os meios de produção; enquanto a escola voltada para o trabalhador busca formar capital humano, da qual tem prioridade um ensino fragmentado desenvolvendo capacidades mínimas como a leitura, escrita e cálculo, permitindo o indivíduo entrar no mercado de trabalho, mas não ultrapassar a condição de submetido a um sistema da produção explorada.

### **Referências**

DA SILVA, A. N., SANTOS, D., & AMARAL, G. (2020). **EDUCAÇÃO NA CRÍTICA AO PROGRAMA DE GOTHA: UMA SÍNTESE**. *Revista Trabalho Necessário*, 18(35), 272-287.  
<https://doi.org/10.22409/tn.v18i35.40508>

LEHER, Roberto. **Grandes grupos econômicos estão ditando a formação de crianças e jovens brasileiros.** Entrevista à Revista Eletrônica Brasil de Fato, em 01.07.2015. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/32359>. Acesso em: 06.08.2015.

MARTINS, Erika Moreira. **Todos pela Educação? Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira.** 1ª edição, Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.